

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



O MERCADO DA AGUARDENTE NO JARDIM DO MARQUÊS DO POMBAL

Luís Filipe C. Gomes / Arqueohoje, Lda. / arq@arqueohoje.com

Iva Botelho / Metro do Porto SA. / iva.botelho@metro-porto.pt

RESUMO

A construção da Estação do Marquês do Metro do Porto obrigou à realização de trabalhos arqueológicos naquele Jardim. Trabalhos determinados pelo Estudo de Impacto Ambiental, dada a conhecida referência da localização por ali do Mercado da Aguardente, infraestrutura municipal que teria conhecido vida efémera no séc. XIX. Para trás, também por ali o Largo da Aguardente, à época, para lá dos confins da urbe e, por isso, local para localização da barreira fiscal e da bateria militar da Aguardente.

Assim, pretende-se pela presente comunicação divulgar os resultados da intervenção realizada. Designadamente, os dados recolhidos que contribuem para o conhecimento da arquitetura do mercado e, bem assim, os relativos ao programa da política de expansão urbana da cidade e ordenamento do território.

ABSTRACT

As it was determined by Environmental Impact Statement for Metro do Porto, archaeological works have been taken at *Jardim do Marquês*, in Porto. The target was the investigation of some historical information about the localization of *Mercado da Aguardente* over there. This had been a public building constructed in the second half of the 19th century, having been demolished even before the end of the century.

By those days, the place was still in the surroundings of Porto that was growing into that direction.

So the goal of this paper is to present the results about the market design as well as other archaeological data that light up the town's planning policies in the late 19th century.

“(…) Tal como irei ao Largo da Aguardente. Muitos dos que me escutam na hora de ponta do Porto não saberão onde fica o antigo Largo da Aguardente. Germano Silva conta que era esse o nome dado à actual Praça do Marquês de Pombal, desenhada na continuação da Rua Bela da Princesa, assim chamada em homenagem à futura rainha D. Carlota Joaquina. E a parte superior da rua do Bonjardim, onde costume jantar só para ouvir histórias de um velho empregado de mesa que as sabe, das boas, chamava-se Rua da Aguardente.

Fernando Alves TSF, 11-11-11, a propósito do lançamento do livro “*Porto nos Lugares da História*”, de Germano Silva

1. INTRODUÇÃO

Na sequência do *Estudo de Impacte Ambiental*¹ para a primeira fase de construção da rede de Metro do Porto, foram realizados trabalhos prévios de escavação arqueológica no Jardim do Marquês de Pombal da cidade do Porto². Foram os mesmos decididos na sequência da avaliação efetuada dentro do descritor *património cultural*, que para ali, previa potencial arqueológico relacionado com a antiga localização do “Mercado da Aguardente” e também da “*vendagem*

1. Procedimento de AIA n.º 505, a que se refere também o Processo do IPA 98/1(79). Posteriormente, o local foi objeto do n.º de Inventário CNS16827.

2. Trabalhos realizados no ano de 2002, sob a corresponsabilidade de Iva Botelho e Filipe Gomes, divididos em duas fases. Assim, a fase de *escavação arqueológica* decorreu sob o acrónimo MP-MRQ01.02, e a fase de *acompanhamento arqueológico da obra* sob o acrónimo MP-MRQ02.02.

de hortaliças”, segundo o Livro dos Autos de Arrendamento. Equipamento municipal edificado por volta de 1882, fora ele demolido logo em 1897. Quanto ao Jardim do Marquês, ocupa ele a placa central da Praça do mesmo nome, tendo sucedido já nos finais do século XIX a um antigo largo.

Quanto aos trabalhos executados, não obstante em sede de EIA apenas terem sido previstas sondagens *nas entradas da Estação do Marquês*, o desenvolvimento do projeto e a execução da obra ditaram que eles viessem a distribuir-se quer por sondagens e escavação em área na zona central do jardim, quer por acompanhamento arqueológico da obra. Do conjunto destas ações resultou a possibilidade efetiva de salvaguarda pelo registo científico do *Mercado da Aguardente*.

2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E DADOS DE REFERÊNCIA HISTÓRICOS

Mas, para compreender os resultados obtidos, ajudará ter presente o enquadramento geográfico e histórico previamente conhecido sobre este espaço da cidade. Com as coordenadas geográficas 8° 36' 15",92 W Greenwich e 41° 9' 40",29 N (Carta Militar de Portugal, escala de 1: 25.000, folha nº 122), poder-se-á dizer que atualmente o Jardim do Marquês se encontra implantado em pleno centro urbano da cidade do Porto, onde integra a freguesia de Paranhos. Segundo Domingas Vasconcelos, este espaço localiza-se também em virtual eixo central da cidade com orientação aproximada norte-sul, no ponto em que este cruza a linha topográfica marcada pela rua da Constituição. Situa-se, assim, perto do ponto mais alto da Cidade, a uma altitude média de 148 m. O próprio lugar ainda em finais da Época Moderna era conhecido como o “*Alto da Aguardente*”.

E “*da Aguardente*” era já o tal *largo* que se abria na *Estrada de Guimarães*. Apresentando-se de configuração triangular, ao mesmo se acedia pela rua do Bonjardim e dali se prosseguia o caminho na referida estrada, pela rua do Lindo Vale. Plausivelmente, justifica-o Domingas Vasconcelos pela necessidade de pausa após calcorreado percurso de subida: “*Quem aqui chega, de onde quer que venha – quer do norte quer do sul – termina um percurso ascensional e prepara-se para a descida. (...) Daqui se enxergava todo o caminho andado e para andar.*” (Vasconcelos, 2004, p. 18). Naquela linha de cumeada, entretanto disfarçada pelo ordenamento urbano atualmente

marcado pela referida rua da Constituição, o largo da Aguardente localizava-se, assim, em plenos arrabaldes do burgo Medieval e Moderno.

Estatuto de arrabalde que duraria ainda por largas décadas no século XIX, apenas aparecendo o espaço cartografado nos Planos da Cidade do Porto coordenados por Telles Ferreira, saídos a lume em finais do século. Ou seja, altura em que já havia sido implantado o *Jardim do Marquês* com a forma chegada ao presente: um espaço arborizado de configuração alongada, ovalada. Com efeito, a restante documentação cartográfica oitocentista conhecida para a cidade do Porto é toda ela omissa em relação a este espaço. Mesmo a Carta da Cidade de Frederico Perry Vidal, de 1844, se perde pouco após os confins apenas rudemente urbanizados da rua de St.^a Catarina. Entretanto o planeamento urbano e desenho da cidade encetados pelos Almadás vinham já desde os fins do século XVIII almejando ditar o abraço do local pela malha urbana em expansão, como ditado pelos projetos de vários eixos e, no caso, da regularização planimétrica e topográfica do local: no topo da “*rua Bela da Princesa*”, entretanto, definitivamente nomeada de “*St.^a Catarina*”, começava a ser pensado um quadrilátero surgido da retificação poente daquele espaço triangular que vinha desde a Época Moderna. Rua de St.^a Catarina, “*(...) uma das obras que a cidade moderna deve aos arrojados e meritorios Almadás (...)*” (Guia de Portugal. Entre Douro e Minho. Fundação Calouste Gulbenkian citado por Vasconcelos, 2004, p. 28), cuja continuação “*(...) na direcção para a parte do Norte até ao sítio chamado da Aguardente, para aumentar à cidade esta nova, e mais cómoda servidão, que lhe é necessária*” se encontra assim justificada no Plano de Melhoramentos de 1784. E no limite desta projetada rua, lá refere a documentação almadina a existência de uma “*caza da Agoa Ardente*”, tratando-se esta da única referência encontrada por Domingas Vasconcelos que justifique a toponímia do sítio. Continua a investigadora, “*concordamos que esta seria uma boa localização para fábricas de aguardente: no caminho para a cidade, aí ficava o engajo e na volta já se levava a aguardente, entretanto destilada, juntamente com o resultado dos negócios no burgo.*” (Vasconcelos, 2004, p. 19).

Quanto aos planos urbanos para a zona, ainda de 1797 data a proposta de alçado para o lado meridional da “*Praça da Agoa ardente*”, de Teodoro de Sousa Maldonado, logo seguida de desenho de proposta de quadrilátero em 1802 que, todavia, não se

concretizaria e viria até a ser abandonado. Com efeito, suceder-se-ão planos apenas prevendo a retificação do alinhamento poente do triângulo descrito pelo largo e, mesmo assim, sucessivamente protegidos. Até porque ainda durante a primeira metade do século XIX continuava o dito “*largo ainda (...) um sítio periférico e excêntrico relativamente à cidade.*” (Vasconcelos, 2004, p. 23) Tanto situação geoestratégica como localização periférica em relação ao centro da urbe Moderna do Porto valeram-lhe até a localização, por ali, da “*barreira da Aguardente*”, para a cobrança municipal de impostos, e da “*Bateria da Aguardente*”, esta com presença na história da cidade pela forma como não resistiu ao General Soult em 1809, mas também por ter valido a sério às tropas de D. Pedro IV durante o Cerco do Porto (1832-1833).

Somente dobrada a centúria viriam a surgir novos projetos com definitivas propostas de quadriláteros: os de 1858, de 1864, de 1866³ e, finalmente o de 1878 (Vasconcelos, Vol. II, p. 91), este último já com a previsão de placa central ovalada e arborizada.

É esta a configuração que consta do Plano Topográfico da Cidade do Porto coordenado por Telles Ferreira e datado de 1892. Neste é de salientar a representação de uma estrutura retangular centrada segundo o eixo menor do jardim e desviada aproximadamente para SSW, segundo o eixo maior, que se deu como hipoteticamente correspondendo ao Mercado da Aguardente. Quanto à sua curta vivência, um outro apontamento de Telles Ferreira, incidente apenas no Jardim do Marquês, anota a projeção de uma estrutura sobreposta à representação anterior, que corresponde à configuração do lago que se encontrava presente no centro do jardim à data do arranque destes trabalhos: uma estrutura com configuração resultante da intersecção de uma elipse com um retângulo e que tinha uma profundidade aproximada de 80 cm. Considerada a suposta correspondência do retângulo com a representação do Mercado da Aguardente, elucidava-nos este desenho que se apresentaria tal edifício com corpos levemente avançados ao centro, nas suas fachadas NNE e SSO, indiciando um espaço interior tripartido.

3. Peças que podem ser consultadas no Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP).

3. OBRA E MITIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Embora a construção da Estação do Marquês do Metro do Porto tenha sido inicialmente pensada para ser desenvolvida pelo modo de escavação mineira, veio a mesma a ser concretizada pelo sistema construtivo de “*cut&cover*”, a partir da execução de um poço de geometria “*ovoide*” aberto por meio da escavação de patamares de 1,5 m. Foi assim integralmente afetada uma área com cerca de 1400 m², sensivelmente no centro do jardim, desde a superfície até a uma profundidade de 30 m. Tal implicou também a remoção do lago e de 2 plátanos, operações executadas pelo empreiteiro Consórcio Normetro A.C.E..

Tendo por referência o objetivo de reconhecimento dos vestígios do Mercado da Aguardente e inseri-lo na sequência da tipologia de ocupação deste espaço, e também considerando a hipotética implantação daquele equipamento dada pela Carta Telles Ferreira, planeou-se esta intervenção recorrendo-se a um esquema enxaquetado para implantação das diversas sondagens, a partir da marcação de um eixo longitudinal coincidente com o eixo maior do Jardim. Desta forma, previa-se uma fase de escavação inicial de cerca de 146 m², área que seria sujeita aos alargamentos necessários em função dos resultados obtidos.

Plano, todavia, repensado já no terreno, em virtude das grandes ruturas deixadas pela remoção quer do lago quer dos dois plátanos. Desta forma, concentrou-se a área prevista para escavação nessas depressões, que foram designadas de sondagens 1, 3 e 4); complementarmente, foram implantadas mais duas sondagens (uma a norte e outra a sul do lago), para melhor cobertura do espaço hipoteticamente ocupado pelo Mercado (sondagens 2 e 5). No cômputo total, procedeu-se ao diagnóstico de 356 m² abarcando um espaço com cerca de 1664 m²; diagnóstico esse feito por processo de escavação estratigráfica, sendo de referir também que para o mesmo houve recurso a meios mecânicos para escavação dos depósitos de reduzida relevância científica, o que foi sendo aferido pelo tipo de espólio encontrado. Concretizou-se, assim, o reconhecimento ocupacional preliminar do sítio, após o que o espaço foi liberto para obra, embora e condicionada a acompanhamento arqueológico. Por meio deste, apoiado em quatro técnicos da área de arqueologia e um operário, completou-se a planta integral das estruturas arqueológicas presentes no subsolo do Jardim do Marquês.

De referir também que, em termos de referência de contextos, seguiu-se a proposta de Martin Carver (1990), e foram criadas séries independentes de acordo com o tipo de contexto. Em gabinete, foi efetuada correlação entre as diversas sondagens, sendo esta a referência que se integra nesta memória.

4. RESULTADOS OBTIDOS: SEQUÊNCIA OCUPACIONAL DO LUGAR

Foi uma ocupação simplificada e circunscrita no tempo aos séculos XVIII e XIX a que se identificou nos trabalhos executados e acompanhamento arqueológico da obra efetuado.

4.1. Estratigrafia e Materiais

Numa leitura diacrónica natural, reconheceu-se a seguinte sequência estratigráfica:

Nível I: Substrato geológico de natureza granítica alterada.

Nível II: Paleossolo anterior ao final da Época Moderna, sendo identificado com a sequência dos *estratos 06* (camada de terra castanha homogénea) e *05* (fina camada de terra negra), depósitos estes completamente estéreis em termos de inclusões culturais.

Nível III: identificado com camada saibrenta homogénea extremamente compactada correlacionada com o *estrato 4b*, (pontualmente coberta pelo *estrato 4a*, de tonalidade castanho-escuro), a qual assentava nos substratos anteriores e aparecia cortada pelas estruturas pétreas posteriores, integradas no Nível IV da estratificação do local. Identificada por toda a área intervencionada, ainda que rompida, por exemplo pelos plátanos removidos, foi esta camada reconhecida como o piso referente ao “Largo da Aguardente”, espaço triangular que, entrado o século XIX, era definido a Sul, entre o topo da rua Bela da Princesa e o da rua da Aguardente (como era designado o trecho terminal da rua do Bom Jardim), e o início pela rua do Lindo Vale, a Norte.

Nível IV: estrato articulado com a implantação da maioria das estruturas de alvenaria de pedra identificadas, cuja planimetria global as fizeram corresponder com o Mercado da Aguardente, reconhecido ao nível das fundações, aparecendo estas estruturalmente articuladas com conjunto de infraestruturas identificadas como aquedutos. Edificado que cortava o piso referenciado ao estrato *04b* descrito acima, e que se relacionava com vários depósitos que

foram interpretados como sendo testemunhos do nível de estaleiro para a sua construção (concretamente, os *estratos de d.3a a d.3c*); bem como se relacionava com os vários depósitos individualizados que preenchiam os respetivos caboucos. No conjunto, estes depósitos apresentam-se heterogéneos, de constituição saibrenta medianamente compactada, caracterizando-se também devido à presença relativamente abundante de material de construção, nomeadamente azulejo, que foi recolhido por amostragem.

Mais, interpretou-se este estrato como sendo correspondente à fase de criação da Praça do Marquês do Pombal, de que teria sido sincrónica a edificação do Mercado da Aguardente. Uma necessidade de regularização de cota do terreno com afinação decidida pela do extremo norte (mais elevada) terá levado ao seu alteamento, por forma a conseguir-se a cota atual, criando-se simultaneamente a possibilidade de conservação do piso anterior do Largo da Aguardente.

Nível V: corresponde à demolição do mercado, ocorrida em 1897, e assentamento do lago de alvenaria envolvido pelo Jardim do Marquês. Identificado como *estrato 02*, caracteriza-se este pela sua heterogeneidade e constituição saibrenta e pedregosa, sendo de referir a presença abundante de azulejo, que também foi recolhido por amostragem.

Insere neste nível, foi exumada estrutura murada desenhando segmentos em arco intersetados por segmentos retos, que seria correspondente a uma primitiva implantação do lago presente à data de 2002 no jardim do Marquês. Aliás, em termos planimétricos e na sobreposição que faz à estruturas integradas no nível IV, corresponde o conjunto ao esboço de Telles Ferreira apresentado na “Ilustração 1, III”.

Nível VI: corresponde à cota de afetação pelo atual *Jardim do Marquês*, a qual tem perturbado a profundidades variáveis a estratificação anterior.

Entretanto, não foi identificada qualquer evidência material do historial do lugar relacionado com a sua posição bélica na defesa da cidade, ou com a sua configuração triangular.

Quanto à tipologia do espólio recolhido, relativamente parco em quantidade e sem grande relevância patrimonial, antes de mais registre-se que, cronologicamente, é ele todo inserível nos séculos XIX/XX. Resumiu-se também a fragmentos de *vasilhame doméstico*, incluindo vidro (fragmentos de garrafa), cerâmica comum fosca e vidrada, como porcelanas e faianças (na generalidade já de fabricos

industriais, evidenciando motivos decorativos, policromos ou a azul sobre fundo branco, tanto pintados à mão, como por estampilha e, residualmente, por decalque); e *material de construção* (telhas, azulejo e pregos). Aliás, destacava-se do espólio inserto na estratificação diagnosticada o conjunto volumoso de azulejo, que foi recolhido por amostragem.

Mas principalmente há que sublinhar a similitude artefactual entre os depósitos de demolição e os de construção, ao nível da tipologia dos azulejos recolhidos, maciçamente, integrando o mesmo motivo decorativo: padrão unitário obtido por estampilha a azul sobre esmalte branco, descrevendo losangos perlados que, em filas alternadas, são intersectados nos vértices por cruciformes com pontas em flor-de-lis, apresentando friso a rematar o topo, feito de linhas sinuosas descrevendo trilóbolos.

Consultado o Banco de Materiais da Câmara Municipal do Porto, verificou-se que se tratava de padrão bastante comum que integrava a produção das fábricas do Porto e Gaia, sendo também de referir a articulação desta decoração com o azulejamento de paramentos interiores. Quanto à proveniência de fabrico, precisamente, analisado o tardo e observada a inscrição "... OUZA LI..." num azulejo, verificou-se que os azulejos exumados se integram em produção da Fábrica de Massarelos, concretamente, na designada "*Fase João da Rocha e Souza Lima*", que laborou cerca de 1878.⁴

A similitude entre amostras, ao mesmo tempo que reforça a interpretação funcional atribuída aos depósitos em questão, permite inferir sobre as características do próprio edifício, fazendo relacionar tais azulejos com o revestimento do mesmo. É até de assinalar a presença de um pequeno fragmento do mesmo tipo de azulejo que foi recolhido numa das estruturas do edificado colocado a descoberto.

4.1. Estruturas

Mas detalhem melhor essas estruturas identificadas no nível IV da estratificação reconhecida.

De alvenaria de granito argamassado, desenvolviam-se segundo uma planta retangular com 28 m x 13,80 m de extensão, cujos alicerces das fachadas, compostos por espessos muros com 1 m de largura média e 1,14 m de altura máxima preservada (por ve-

zes integrando grandes blocos graníticos com 0,40 m de espessura, combinando fiadas alternadas de pedras lieiras com juntouras), definiam um espaço interno com 26 m x 12 m, apresentando-se o lado maior sensivelmente orientado a 30 graus Norte.

Em ambas as fachadas menores identificaram-se as respetivas entradas, apresentando um vão de 4,20 m a existente no lado NNE e 2,20 m no lado oposto. A maior possuía ainda um pavimento lateral, com cerca de 2,20 m de largura.

No interior desse conjunto murado foi identificado um duplo conjunto de sete estruturas subquadrangulares com 1,20 m de largura média, cada, e com uma altura máxima preservada de 0,80 m. Este duplo conjunto com disposição paralela, distava cerca de 7 m entre si, apresentando-se em cada fiada espaçadas de 2 em 2 metros. A identificação das marcas ferruginosas em dois desses elementos levou-nos à sua interpretação como sendo bases de elementos de sustentação. Ao largo da fachada ESE, localizava-se um poço em alvenaria com mais de dez metros de profundidade e um diâmetro de 1,20 m, cuja cobertura era composta por três grandes blocos graníticos com 2,20 x 1,90 m.

Estruturalmente articulado com o espaço murado, indicando contemporaneidade de construção, encontrava-se um sistema de aquedutos também de alvenaria de granito argamassado, composto por um aqueduto principal que, de NNE para SSO, atravessava sensivelmente a meio a Praça do Marquês, recebendo as descargas de três aquedutos transversais regularmente espaçados, e dois laterais periféricos, estes junto às fachadas nordeste e sudoeste.

Em síntese, foi identificado ao nível dos alicerces um edifício retangular que apresentava o espaço interior tripartido pelo alinhamento de duas fiadas de elementos de sustentação vertical, possivelmente de ferro, marcados pelos alicerces quadrangulares de alvenaria, tendo a implantação de todas estas estruturas rasgado o piso do Largo da Aguardente. Quanto aos seus paramentos interiores, seriam eles azulejados, com azulejo de padrão unitário estampilhado a azul sobre fundo branco, desenhando losangos perlados intersectados por cruciformes de pontas em flor-de-lis, fila sim, fila não. Edifício que se articulava com rede de canais transversais e periféricos (estes pelo seu exterior), que se articulavam com o canal maior que atravessava ao eixo central do jardim NNE – SSO (das pluviais deste?), pendendo para ele.

4. Agradece-se a disponibilidade e prestimosa ajuda dada pela Dr.^a Maria Augusta Marques, responsável pelo Banco de Materiais da Câmara Municipal do Porto.

5. CONTRIBUTO DAS FONTES ARQUIVÍSTICAS

Aliás, aprez registar que o “*Projecto A*” do Mercado da Aguardente conservado no Arquivo Histórico Municipal do Porto é perfeitamente coincidente com os planos obtidos pela presente intervenção arqueológica. Senão comparem-se as ilustrações 8 e 9. Assim, não só o espaço era tripartido por duas fiadas de elementos verticais implantadas no alinhamento dos avançamentos localizados nos topos do edifício, onde se rasgavam as entradas, como tais elementos eram constituídos por colunas de ferro (que sustentavam a cobertura tripartida com alteamento das duas águas ao centro). Quanto à hipótese de revestimento azulejado, surge ela corroborada pela representação de um lambrim a meia altura no interior do edifício no interior, o que se encontra presente nos cortes que fazem parte das peças de projeto.

Mas é também de salientar a articulação estrutural das fundações do mercado com um sistema de canais, observando-se não só a presença de drenos transversais e periféricos como a articulação dada pelos cortes de todo eles com o canal maior que corre ao eixo o jardim.

Tais peças demonstram a efetiva coetaneidade da implementação projeto do Mercado da Aguardente com a criação do Jardim do Marquês de Pombal, sito no Porto no lugar do antigo Largo da Aguardente.

É, assim, de sublinhar este enquadramento do Jardim do Marquês em plano de urbanização e ordenamento do território que eliminou antigo espaço triangular com desenho irregular, substituindo-o pelo novo quadrilátero com placa central ovalada, assistindo ao seu planeamento a previsão de infraestruturas de águas pluviais. Iguualmente, é de assinalar a articulação de raiz das infraestruturas do mercado com as mesmas, certamente ao nível da descarga de residuais.

Solução problemática mas, certamente, a ser compreendida à luz da época, sendo aqui de realçar a questão da articulação de projetos no planeamento da cidade em expansão.

Entretanto, para a História que se segue, aqui fica este apontamento:

“Este livro hade servir para nelle se lavrarem os autos de arrendamento das barracas do mercado coberto da Praça do Marquês de Pombal.

*Porto, Paços do Concelho, 22 d’outubro de 1884
O Presidente da Ex.ma Câmara Municipal,
Rui Augusto . . . Antunes”*

BIBLIOGRAFIA E ARQUIVO

AAVV, *Estudo de Impacte Ambiental* para o Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto. Relatório Síntese, COBA, 1997

NONELL, Anni Günther, Coord. (s/data) *O Mercado do Bollhão*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CARVER, M. (1990) Digging for data: archaeological approaches to data definition, acquisition and analysis. In FRANCOVICH, RICARDO; MANACORDA, Daniele – *Losca-vo archeologico dalla diagnosi all’edizione*. Siena: Università di Siena, pp. 45-120.

GOMES, Filipe; BOTELHO, Iva (data) – *Trabalhos Arqueológicos no Jardim do Marquês Relatório Final*, policopiado.

VASCONCELOS, Domingas (2008) – *A Praça do Marquês do Pombal na Cidade do Porto: das suas origens até à construção da Igreja da Senhora da Conceição*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Ano de 2004. Porto: FAUP.

Carta da Cidade do Porto de Frederico Perry Vidal, de 1844, (AHMP).

“Plano mandado levantar pela Ill.mª Junta das Obras Públicas...”, de Joaquim da Costa Lima Sampaio (1823), (AHMP).

“Planta topográfica de Telles Ferreira” (1892), folhas 292 e 293 (AHMP).

“Plano mandado levantar pela Ill.mª Junta das Obras Públicas...”, de Joaquim da Costa Lima Sampaio (1823), (AHMP).

“Projecto A da Planta do Mercado da Aguardente” (AHMP).



Figura 1 – Evolução do espaço do Jardim do Marquês: I: Praça da Aguardente, 1823; II. Extrato do projeto para a Rua de Faria de Guimarães, de 1878, onde aparece também desenhado o jardim do Marquês; III. Esquiço de Telles Ferreira, 1892. Arquivo Histórico Municipal do Porto (composição Arqueohoje, Lda).



Figura 2 – Poço para construção da Estação do Marquês. Foto Engenho/Metro do Porto.

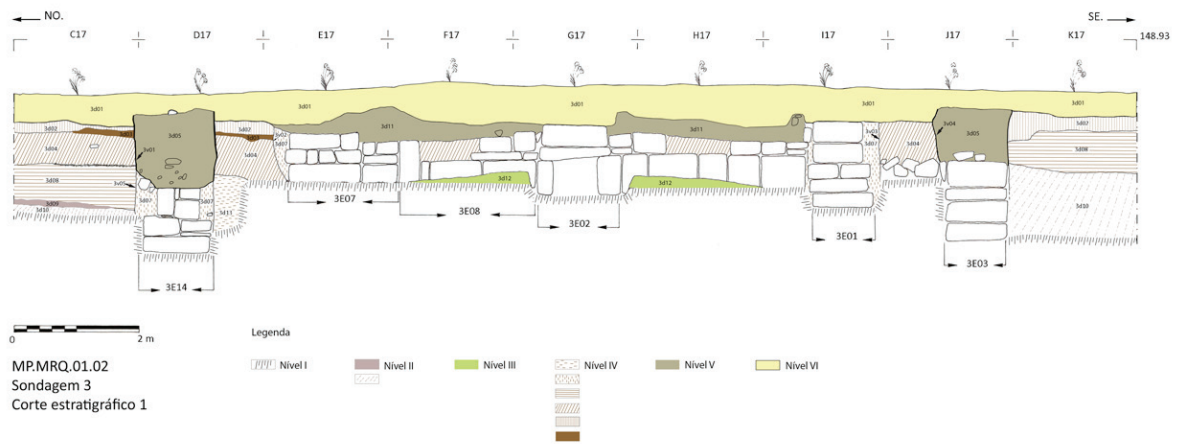


Figura 3 – Corte estratigráfico obtido na sondagem 3. Filipe Gomes.

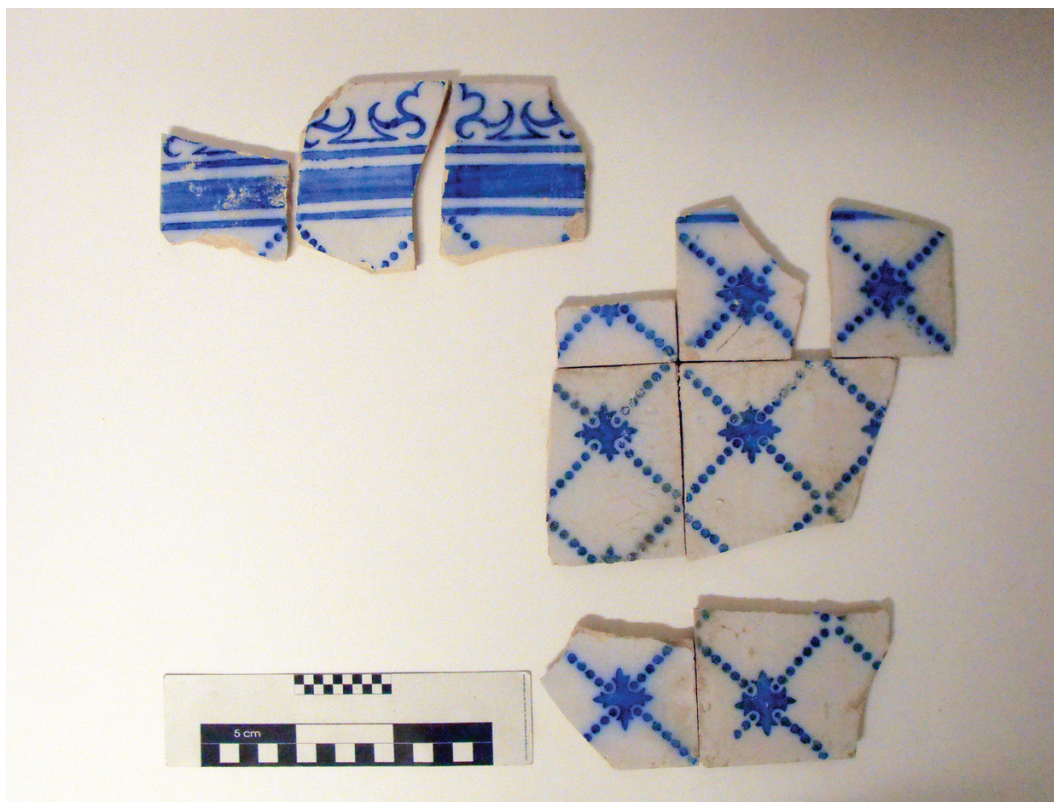


Figura 4 – Azulejos exumados. Iva Botelho.



Figura 5 – Faianças de vasilhame, de uso doméstico inserto no estrato 02. Iva Botelho.



Figura 6 – Sondagem 3: alicerces do mercado intersetado pelo lago. Filipe Gomes.



Figura 7 –Vestígios do mercado da Aguardente no interior poço para construção da Estação do Marquês registado durante o acompanhamento arqueológico da obra. Iva Botelho.

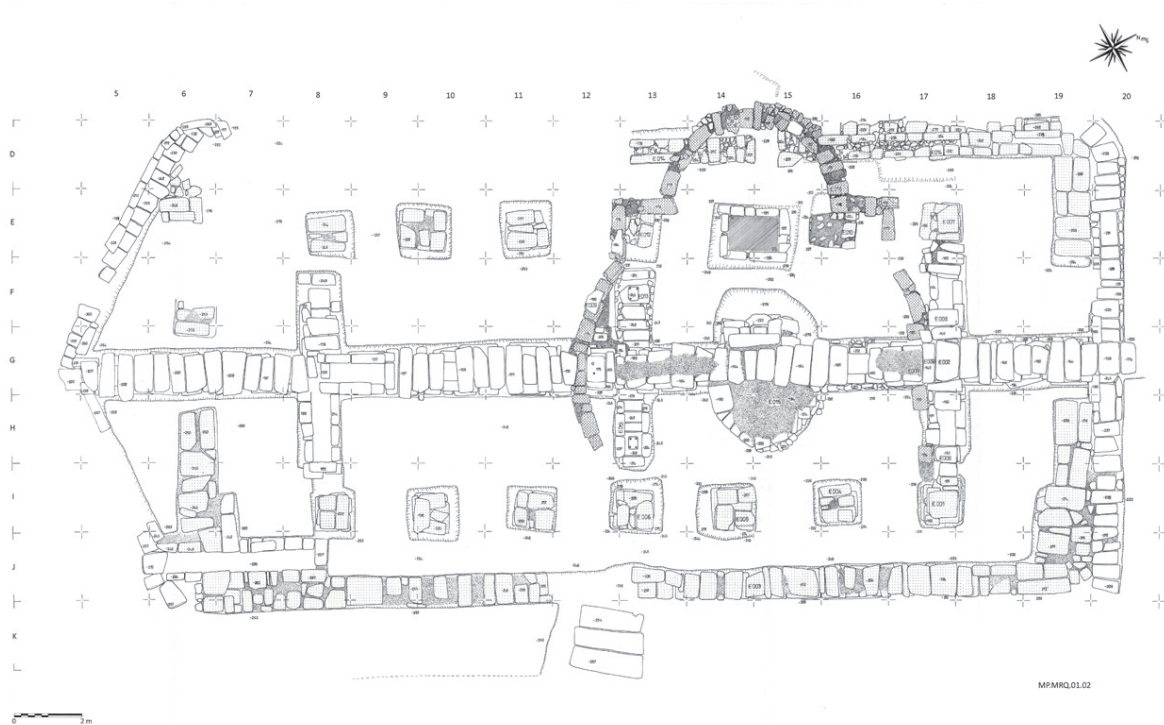


Figura 8 – Planta final dos alicerces Mercado da Aguardente, sobreposta pelos alicerces do lago. Filipe Gomes.

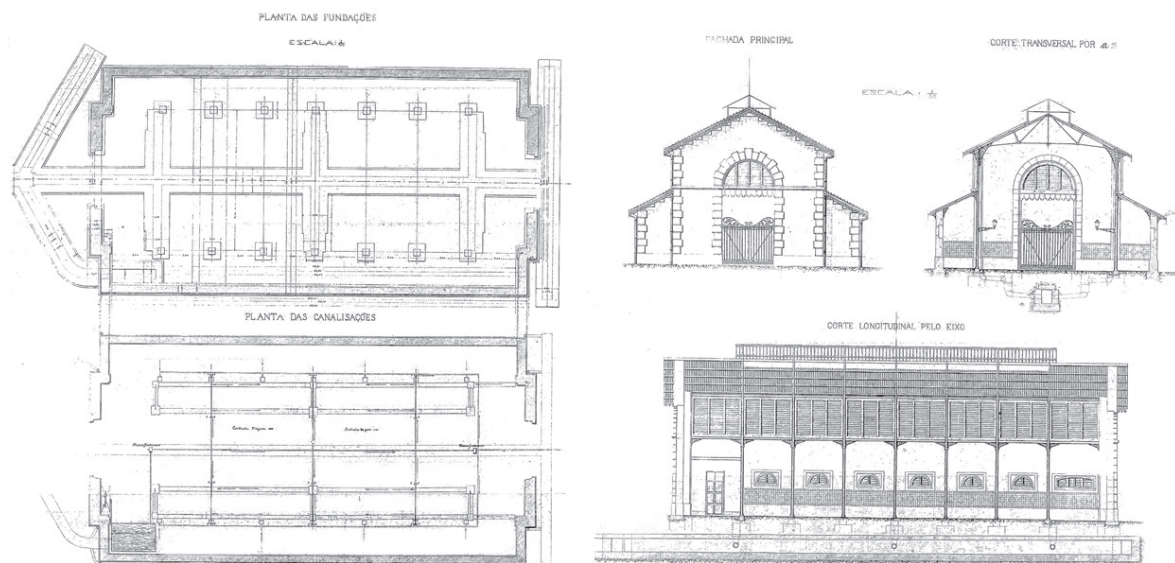


Figura 9 – “Projecto A da Planta do Mercado da Aguardente” (AHMP): projeto de alicerces e infraestruturas, e cortes. Arquivo Histórico Municipal do Porto.

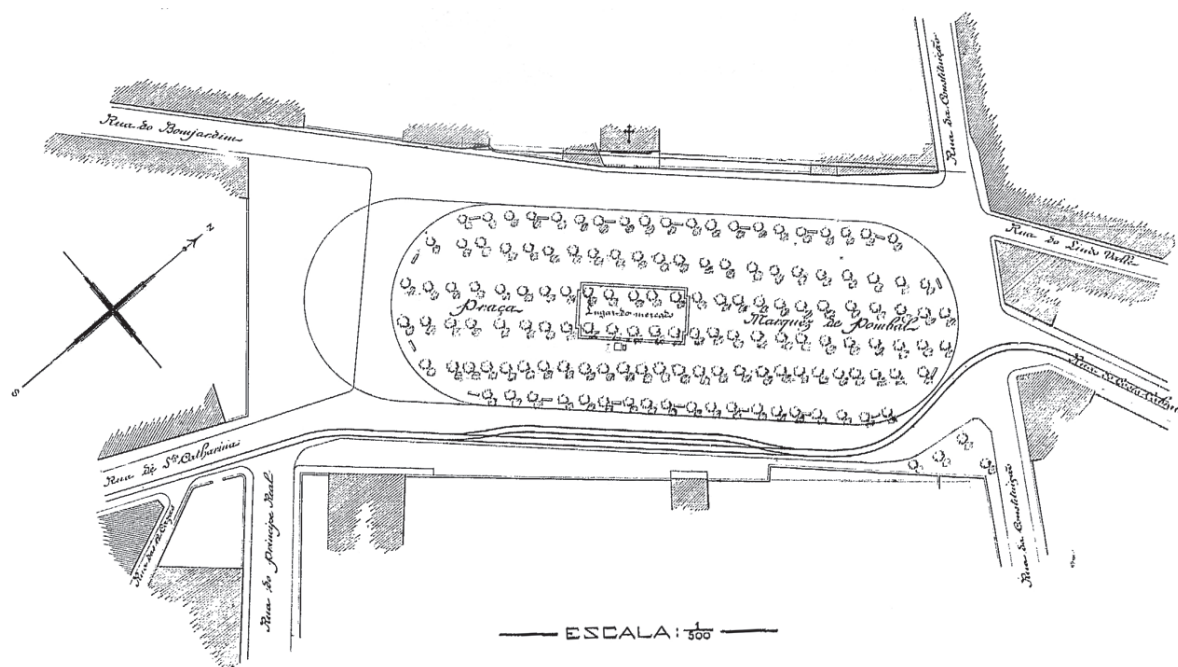


Figura 10 – “Projecto A da Planta do Mercado da Aguardente” (AHMP): implantação na Praça do Marquês de Pombal. Arquivo Histórico Municipal do Porto.



AAP
 ASSOCIAÇÃO
 DOS ARQUEÓLOGOS
 PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDAÇÃO
Millennium
 bcp

BNP
 BIBLIOTECA
 NACIONAL
 DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
 PORTUGAL


 Parques de Sintra
 Monte da Lua